



**AGENTE
DEGASE**
RIO DE JANEIRO

**AGENTE
DEGASE**
RIO DE JANEIRO

Simulado Final

DEGASE RJ

Agente De Segurança Socioeducativa
Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **DEGASE-RJ**, cargo de **Agente de Segurança Socioeducativa**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FQ8ysL1kGajQL4h67>

01 - (A)(B)(C)(D)(E)	15 - (A)(B)(C)(D)(E)	29 - (A)(B)(C)(D)(E)	43 - (A)(B)(C)(D)(E)	57 - (A)(B)(C)(D)(E)
02 - (A)(B)(C)(D)(E)	16 - (A)(B)(C)(D)(E)	30 - (A)(B)(C)(D)(E)	44 - (A)(B)(C)(D)(E)	58 - (A)(B)(C)(D)(E)
03 - (A)(B)(C)(D)(E)	17 - (A)(B)(C)(D)(E)	31 - (A)(B)(C)(D)(E)	45 - (A)(B)(C)(D)(E)	59 - (A)(B)(C)(D)(E)
04 - (A)(B)(C)(D)(E)	18 - (A)(B)(C)(D)(E)	32 - (A)(B)(C)(D)(E)	46 - (A)(B)(C)(D)(E)	60 - (A)(B)(C)(D)(E)
05 - (A)(B)(C)(D)(E)	19 - (A)(B)(C)(D)(E)	33 - (A)(B)(C)(D)(E)	47 - (A)(B)(C)(D)(E)	61 - (A)(B)(C)(D)(E)
06 - (A)(B)(C)(D)(E)	20 - (A)(B)(C)(D)(E)	34 - (A)(B)(C)(D)(E)	48 - (A)(B)(C)(D)(E)	62 - (A)(B)(C)(D)(E)
07 - (A)(B)(C)(D)(E)	21 - (A)(B)(C)(D)(E)	35 - (A)(B)(C)(D)(E)	49 - (A)(B)(C)(D)(E)	63 - (A)(B)(C)(D)(E)
08 - (A)(B)(C)(D)(E)	22 - (A)(B)(C)(D)(E)	36 - (A)(B)(C)(D)(E)	50 - (A)(B)(C)(D)(E)	64 - (A)(B)(C)(D)(E)
09 - (A)(B)(C)(D)(E)	23 - (A)(B)(C)(D)(E)	37 - (A)(B)(C)(D)(E)	51 - (A)(B)(C)(D)(E)	65 - (A)(B)(C)(D)(E)
10 - (A)(B)(C)(D)(E)	24 - (A)(B)(C)(D)(E)	38 - (A)(B)(C)(D)(E)	52 - (A)(B)(C)(D)(E)	66 - (A)(B)(C)(D)(E)
11 - (A)(B)(C)(D)(E)	25 - (A)(B)(C)(D)(E)	39 - (A)(B)(C)(D)(E)	53 - (A)(B)(C)(D)(E)	67 - (A)(B)(C)(D)(E)
12 - (A)(B)(C)(D)(E)	26 - (A)(B)(C)(D)(E)	40 - (A)(B)(C)(D)(E)	54 - (A)(B)(C)(D)(E)	68 - (A)(B)(C)(D)(E)
13 - (A)(B)(C)(D)(E)	27 - (A)(B)(C)(D)(E)	41 - (A)(B)(C)(D)(E)	55 - (A)(B)(C)(D)(E)	69 - (A)(B)(C)(D)(E)
14 - (A)(B)(C)(D)(E)	28 - (A)(B)(C)(D)(E)	42 - (A)(B)(C)(D)(E)	56 - (A)(B)(C)(D)(E)	70 - (A)(B)(C)(D)(E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/tUjs>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Luiz Felipe

Cientistas alertam que, com a atual taxa de aquecimento de 0,2 °C por década, é altamente provável que a meta de 1,5 °C do Acordo de Paris seja violada de forma permanente dentro da década de 2030. Um relatório da Organização Meteorológica Mundial prevê que a média de cinco anos entre 2024 e 2028 possa ultrapassar esse limite, chegando-se, em um único ano, a 1,9 °C acima do período pré-industrial.

Mesmo com a previsão de uma leve redução em 2025, devido ao fenômeno La Niña, especialistas afirmam que o planeta continua em uma trajetória de aquecimento preocupante. “Uma pequena queda não muda a clara trajetória ascendente em que estamos”, explicou Paulo Ceppi, cientista climático do Imperial College London.

O consenso científico é claro: ações imediatas e drásticas para reduzir emissões de carbono são necessárias. “O mundo não precisa inventar uma solução mágica para impedir que as coisas piorem em 2025” expressou Friederike Otto, cientista climática do Imperial College London. “Sabemos exatamente o que precisamos fazer para deixar de usar combustíveis fósseis.” Sem mudanças substanciais, os impactos climáticos devem se intensificar, colocando em risco ecossistemas e milhões de vidas humanas.

A quebra de recordes em 2024 é um sinal de que os limites climáticos globais estão mais próximos do que nunca, exigindo uma resposta global coordenada e ambiciosa para evitar um futuro ainda mais quente.

Bárbara Luz. 2024: o ano mais quente da história ultrapassa limite crítico de 1,5 °C. 10/1/2025 (com adaptações)

1. Segundo o texto, qual é a projeção da Organização Meteorológica Mundial para o período de 2024 a 2028?

- a) Que a temperatura global cairá gradualmente até 2028.
- b) Que a média de cinco anos poderá ultrapassar o limite de 1,5 °C do Acordo de Paris.

- c) Que a redução em 2025 será suficiente para reverter o aquecimento global.
- d) Que a meta de 1,5 °C será mantida, embora com riscos.
- e) Que o aquecimento ficará estabilizado em 1,5 °C permanentemente.

2. Por que, segundo Paulo Ceppi, a leve queda de temperatura não altera a situação preocupante?

- a) Porque é apenas um efeito localizado no Hemisfério Sul.
- b) Porque não afeta diretamente a camada de ozônio.
- c) Porque não muda a trajetória ascendente do aquecimento global.
- d) Porque a redução foi acompanhada do aumento da poluição atmosférica.
- e) Porque não reduz a dependência de combustíveis fósseis.

3. O que o texto identifica como consenso científico?

- a) A impossibilidade de frear o aquecimento global.
- b) A necessidade de inventar novas tecnologias para conter o aquecimento.
- c) A urgência de reduzir imediatamente o consumo de água.
- d) A importância de ações imediatas e drásticas para reduzir emissões de carbono.
- e) A inevitabilidade do aquecimento mesmo com cortes de emissões.

4. De acordo com o texto, sem mudanças substanciais, quais devem ser as consequências?

- a) A estabilização das temperaturas globais.
- b) O aumento da biodiversidade em algumas regiões.
- c) O enfraquecimento da camada de ozônio.
- d) O enfraquecimento das correntes marítimas.
- e) A intensificação dos impactos climáticos, ameaçando ecossistemas e vidas humanas.

5. A expressão “resposta global coordenada e ambiciosa” indica que

- a) apenas pequenas ações locais serão suficientes.
- b) é preciso ação conjunta dos países para enfrentar a crise.
- c) cada país deve agir isoladamente conforme seus interesses.
- d) a responsabilidade é exclusiva das nações desenvolvidas.
- e) só a diplomacia é suficiente para resolver o problema.

6. “Nas últimas décadas, a ortografia da língua portuguesa passou por ajustes importantes, como a supressão de alguns acentos gráficos em determinados contextos.”

Assim como em européias, o acento gráfico caiu em desuso no termo destacado em:

- a) Os **herois** são lembrados por seus feitos históricos.
- b) Os **jiboias** vivem em ambientes úmidos.
- c) Os **trofeus** foram entregues aos vencedores da competição.
- d) Os **judeus** sofreram perseguições ao longo da história.
- e) Os **coroneis** exerciam poder político em várias regiões do Brasil.

7. A palavra “felizmente” é formada por qual processo de derivação?

- a) Derivação prefixal.
- b) Derivação sufixal.
- c) Derivação parassintética.
- d) Derivação regressiva.
- e) Composição por aglutinação.

8. Assinale a frase em que o verbo está corretamente flexionado segundo a norma-padrão da língua portuguesa.

- a) Houveram muitos problemas durante a reunião.
- b) Fazem dois anos que ele se mudou para cá.
- c) Deve existir soluções rápidas para este impasse.
- d) Existem várias alternativas para resolver o problema.
- e) Haviam muitos alunos na sala de aula.

9. Na frase “A cada dia, tudo parece mais difícil”, a palavra “tudo” é classificada como

- a) Pronome indefinido.
- b) Substantivo comum.
- c) Advérbio de intensidade.
- d) Conjunção integrante.
- e) Artigo definido.

10. Na frase “Ele falou rápido e convenceu a todos”, a palavra “rápido” é

- a) Substantivo.
- b) Pronome.
- c) Advérbio.
- d) Adjetivo.
- e) Conjunção.

RACIOCÍNIO LÓGICO - MATEMÁTICO*Carlos Henrique*

11. Um grupo de cinco adolescentes — Ana, Bruno, Carlos, Diana e Eduardo — participa de um programa de atividades do DEGASE, no qual cada um deve realizar uma tarefa diferente: organizar livros, revisar documentos, limpar quadros, distribuir materiais e verificar listas de presença. As seguintes informações são conhecidas:

- Se Ana organiza livros, então Carlos distribui materiais.
- Bruno limpa quadros se Diana verifica listas de presença.
- Eduardo revisa documentos se Ana não organiza livros.
- Se Carlos distribui materiais, então Bruno não limpa quadros.

Sabendo que Diana verifica listas de presença, qual das alternativas apresenta corretamente a tarefa de cada adolescente?

- a) Ana organiza livros; Bruno limpa quadros; Carlos distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- b) Ana não organiza livros; Bruno limpa quadros; Carlos não distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- c) Ana organiza livros; Bruno limpa quadros; Carlos não distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- d) Ana organiza livros; Bruno não limpa quadros; Carlos não distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.
- e) Ana não organiza livros; Bruno não limpa quadros; Carlos distribui materiais; Diana verifica listas; Eduardo revisa documentos.

12. Em uma escola atendida pelo DEGASE, 120 jovens participam de três oficinas: Música (M), Esportes (E) e Teatro (T). Sabe-se que:

- 50 participam de Música, 70 de Esportes e 40 de Teatro.

- 20 participam de Música e Esportes; 10 de Música e Teatro; 15 de Esportes e Teatro.

- 5 participam das três oficinas.

Se um jovem for escolhido aleatoriamente, qual a probabilidade de ele participar apenas de uma oficina?

- a) $\frac{5}{24}$
- b) $\frac{1}{4}$
- c) $\frac{3}{8}$
- d) $\frac{11}{24}$
- e) $\frac{17}{24}$

13. Um agente do DEGASE precisa organizar fichas de atendimento numeradas de forma sequencial em uma prateleira. A sequência começa em 3 e segue uma progressão aritmética de razão unitária até a ficha 123. Se o agente decide retirar da prateleira todas as fichas que correspondam a múltiplos de 4, quantas fichas permanecerão na prateleira?

- a) 89
- b) 90
- c) 91
- d) 92
- e) 93

14. Em uma atividade de planejamento, três setores do DEGASE (A, B e C) devem distribuir uniformemente tarefas entre os adolescentes. O setor A recebe o dobro de tarefas que o setor B, e o setor C recebe um a menos que a soma das tarefas de A e B. Sabe-se que, ao todo, foram distribuídas 41 tarefas. Quantas tarefas cada setor recebeu?

- a) A: 16, B: 8, C: 17
- b) A: 18, B: 9, C: 14
- c) A: 20, B: 10, C: 11
- d) A: 14, B: 7, C: 20
- e) A: 12, B: 6, C: 23

15. O DEGASE vai organizar um mutirão com 5 pessoas escolhidas entre 8 candidatos disponíveis, 3 adultos e 5 adolescentes. Além disso, eles decidiram que a primeira pessoa selecionada deve ser maior de idade. Quantas combinações diferentes de equipes podem ser formadas, respeitando a condição acima?

- a) 105
- b) 110
- c) 120
- d) 135
- e) 140

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Géssica Ehle

16. De acordo com a teoria geral dos Direitos Humanos, sobre seu conceito e terminologia, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos humanos asseguram uma vida digna a toda pessoa humana, independentemente de seu país de origem, sendo aqueles previstos pela Constituição de cada Estado.
- b) Os direitos individuais, civis e políticos, como o direito à liberdade de expressão, são direitos de segunda geração.
- c) Os direitos sociais pertencem à segunda geração de direitos humanos, a exemplo do direito ao meio ambiente.
- d) O direito à vida não é absoluto, mas há estímulo à vedação à pena de morte, inclusive que essa seja reservada aos crimes mais graves.
- e) Ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios.

17. A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) prevê trinta artigos sobre direitos humanos a serem universalizados no contexto global. Assinale a alternativa em desacordo com as disposições da Declaração.

- a) Nenhum ser humano poderá ser preso, detido, ou exilado sem que haja o devido processo legal, de forma arbitrária.
- b) Já no texto da Declaração, assegura-se que todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada.
- c) Pelo princípio da anterioridade da Lei, não será imposta pena mais distinta do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.
- d) O indivíduo perderá seu direito de invocar o gozo de asilo em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.
- e) No exercício de seus direitos e liberdades, todo ser humano estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei.

18. No que concerne ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, julgue os itens a seguir.

- I. Prevê, expressamente, o dever dos Estados Partes de assegurarem a homens e mulheres igualdade no gozo de todos os direitos econômicos, sociais e culturais que seu texto enumera.
- II. Há previsão quanto ao direito ao descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho, bem como sobre férias periódicas remuneradas e a remuneração dos feriados.
- III. A educação primária e a educação secundária deverão ser obrigatórias e acessíveis gratuitamente a todos.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

19. Quanto à Convenção sobre os Direitos da Criança, leia as assertivas a seguir e assinale a alternativa incorreta.

- a) A criança terá direito à liberdade de expressão. Esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança.
- b) Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de realizar reuniões pacíficas.
- c) Não será imposta a pena de morte nem a prisão perpétua sem possibilidade de livramento por delitos cometidos por menores de dezoito anos de idade.
- d) Os Estados Partes envidarão os seus melhores esforços a fim de assegurar o reconhecimento do princípio de que ambos os pais têm obrigações comuns com relação à educação e ao desenvolvimento da criança.
- e) Para efeitos da presente Convenção, considera-se criança todo ser humano com menos de doze anos de idade.

20. Sobre a aplicação das medidas socioeducativas, assinale a alternativa que apresenta corretamente os princípios que norteiam o cumprimento da medida de internação, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90.

- a) brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- b) celeridade, absoluta prioridade e ressocialização.
- c) proteção integral, municipalização e excepcionalidade.
- d) superior interesse, brevidade e celeridade.
- e) celeridade, proteção integral e excepcionalidade.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

21. O art. 18 do Código Penal estabelece que se considera culposo o crime “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia”.

Tendo isso em conta, e de acordo com a teoria do crime, assinale a alternativa que traz um elemento do tipo penal culposo:

- a) obrigação específica de proteção, cuidado ou vigilância em relação à vítima.
- b) resultado efetivamente previsto pelo agente.
- c) involuntariedade na conduta.
- d) tipicidade.
- e) voluntariedade do resultado.

22. Felipe e André sequestraram Mariana, esposa de um influente empresário da região, com o objetivo de exigir do marido da vítima uma alta quantia em dinheiro como condição para o resgate. Em 12.02.2025, os autores capturaram Mariana na saída do trabalho e a mantiveram em um cativeiro até 17.05.2025, quando foi libertada em uma área de mata. No entanto, em 11.03.2025, enquanto a vítima ainda estava em poder dos sequestradores, entrou em vigor uma nova lei penal que alterou a pena prevista para o crime de extorsão mediante sequestro.

Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado, desde que a alteração seja benéfica aos agentes.
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes.
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado, pois é posterior ao fato.
- d) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado, pois se aplica a lei vigente no início da permanência.
- e) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado, pois se trata de crime continuado.

23. Em um estabelecimento prisional, o detento Bruno, após se desentender com o policial penal Ricardo, desferiu neste último cinco facadas, com dolo de matar. O fato ocorreu porque o policial penal havia se negado a permitir o ingresso de itens proibidos por lei. A vítima até chegou a ser socorrida, mas não resistiu e veio a falecer em razão dos ferimentos provocados por Bruno.

Atento ao caso narrado, Bruno deverá responder por:

- a) homicídio doloso qualificado.
- b) homicídio doloso simples, majorado por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional.
- c) homicídio doloso simples, sem majoração.
- d) Lesão corporal seguida de morte, majorada por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional.
- e) Lesão corporal seguida de morte, sem majorantes.

24. Determinado agente socioeducativo exigiu da mãe de um interno a quantia de R\$ 100,00 a fim de liberar o ingresso de um bolo de cenoura no estabelecimento. A mãe do adolescente, revoltada, não pagou a quantia exigida e comunicou o fato à corregedoria do órgão.

Nesse caso, a conduta do agente público configura:

- a) corrupção passiva tentada.
- b) corrupção passiva consumada.
- c) corrupção ativa consumada.
- d) concussão tentada.
- e) concussão consumada.

25. Acerca da ilicitude e da culpabilidade, assinale a alternativa incorreta:

- a) O excesso nas excludentes de ilicitude é sempre punível, ainda que accidental.
- b) Aquele que praticar conduta delituosa em situação de embriaguez voluntária ou culposa deverá ser responsabilizado criminalmente pelo fato.

c) considera-se em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

d) Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.

e) será isento de pena aquele que praticar o fato em situação de embriaguez accidental completa, que retire totalmente a capacidade do agente.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

26. Felipe é brasileiro nato e mora no Brasil. Porém, em virtude de seu trabalho, mudará para o país "X", onde residirá. Ocorre que, referido país "X" impõe, por meio de suas normas, como condição para permanência em seu território, a naturalização de Felipe – o que será feito por ele.

Nesse caso, Felipe

- a) não perderá a sua nacionalidade brasileira, apenas se voltar a residir no Brasil e optar, dentro do prazo de um ano, pela nacionalidade brasileira.
- b) terá declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, assim que adquirir a outra nacionalidade.
- c) ficará com a nacionalidade brasileira suspensa até que deixe de trabalhar no local.
- d) terá declarada a perda da sua nacionalidade brasileira, se permanecer no país estrangeiro por mais de um ano contínuo.
- e) não perderá a sua nacionalidade brasileira.

27. A respeito das competências concorrentes, assinale a alternativa correta:

- a) o Estado-membro somente pode disciplinar a matéria se a União tiver editado normas gerais a respeito da respectiva temática.
- b) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, mas deve observar as normas gerais editadas pela União e, à falta destas, poderá legislar de forma plena.
- c) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com normas federais, deve prevalecer a norma estadual, considerando o princípio da especificidade do interesse.
- d) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, e, caso haja conflito com a norma geral editada posteriormente pela União, a norma estadual será considerada revogada.
- e) o Estado-membro pode disciplinar a matéria, caso venha a ser autorizado pela União, devendo prevalecer a norma de maior hierarquia caso haja conflito com normas federais ou municipais.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL -
CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
OS DIREITOS DAS CRIANÇAS – DECRETO Nº
99.710 DE 22/11/1990. DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS –
RESOLUÇÃO 217 A (III) ASSEMBLEIA GERAL
DAS NAÇÕES UNIDAS – 10/12/1948.
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS
DAS CRIANÇAS – 20/11/1959 – UNICEF –
RATIFICADA PELO BRASIL EM 24 DE
SETEMBRO DE 1990. DECRETO Nº 42.715 DE
23 DE NOVEMBRO DE 2010 – PLANO DE
ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO
GOVERNO DO ESTADO.**

Géssica Ehle

28. De acordo com a teoria geral dos Direitos Humanos, sobre seu conceito e terminologia, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as crianças, à exceção daquelas havidas fora do casamento, serão credoras dos direitos

previstos pela Declaração, sem distinção ou discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família.

- b) Desde a concepção, toda criança terá direito a um nome e a uma nacionalidade.
- c) A criança terá direito a receber educação, que será gratuita, mas não compulsória, no grau primário.
- d) A Declaração prevê expressamente que, para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão.
- e) A criança será sempre, em quaisquer circunstâncias, a primeira a receber proteção e socorro.

29. A partir do que prevê o Decreto nº 42.715, de 23 de novembro de 2010, o Plano de Atendimento Socioeducativo do Governo do Estado do Rio de Janeiro se propõe a atuar tendo por base algumas diretrizes, julgue os itens a seguir buscando encontrar aquelas que se encontram expressas pelo texto.

- I. A atuação em linha com as normas e planos, estabelecidos e formulados pelos conselhos de Direitos nos três níveis da Federação.
- II. A criação e manutenção de programas específicos de execução direta no âmbito estadual, provendo ainda apoio institucional, técnico e financeiro ao atendimento desenvolvido nos municípios por organizações governamentais e não governamentais.
- III. A municipalização das ações socioeducativas priorizando a privação de liberdade.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL -
DECRETO Nº 43.583 DE 11 DE MAIO DE 2012 –
CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO
SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER
EXECUTIVO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO.**

Tiago Zanolla

30. Consoante o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- a) O servidor deve tratar com urbanidade os usuários dos serviços, respeitando limitações, mas essa obrigação restringe-se apenas a pessoas idosas e com deficiência.
- b) O servidor pode utilizar informações privilegiadas obtidas no exercício da função em benefício próprio, desde que não haja prejuízo à Administração Pública.
- c) O servidor deve respeitar a hierarquia funcional, mas pode representar contra práticas indevidas ou denunciar condutas contrárias às normas de conduta.
- d) É permitido ao servidor usar do cargo para obter favorecimento, desde que não haja vantagem patrimonial.
- e) O servidor pode se afastar de suas atribuições para atender interesses particulares, desde que comunique previamente seu superior imediato.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

31. No que se refere à centralização, descentralização, concentração e desconcentração da atividade administrativa, assinale a opção correta.

- a) A descentralização administrativa ocorre quando a mesma pessoa jurídica distribui internamente suas competências entre diversos órgãos hierarquicamente subordinados, sem que haja criação de novas pessoas jurídicas.

b) A centralização administrativa é caracterizada quando a execução das atividades estatais é realizada diretamente pela Administração Direta, por meio de seus órgãos, sem delegação a entidades da Administração Indireta.

c) A desconcentração administrativa corresponde à transferência de execução de serviços públicos da União para os Estados e Municípios, por meio de convênios ou contratos de gestão.

d) A descentralização por serviços ou outorga ocorre quando uma entidade da Administração Direta cria órgãos públicos para melhor desempenhar as suas finalidades, mantendo a execução centralizada.

e) A concentração administrativa ocorre quando há a criação de novas entidades da Administração Indireta, com personalidade jurídica própria, para executar funções descentralizadas do Estado.

32. Sobre os requisitos, atributos, classificação e espécies dos atos administrativos, assinale a opção correta.

a) A finalidade é requisito essencial de todo ato administrativo, mas pode ser alterada pelo administrador desde que exista justificativa de conveniência, sem necessidade de previsão legal específica.

b) A presunção de legitimidade garante que os atos administrativos sejam considerados válidos até prova em contrário, o que autoriza sua execução imediata pelo particular sem possibilidade de contestação judicial.

c) Atos administrativos normativos têm como característica a imposição de sanções disciplinares, como a demissão de servidor público por infração funcional.

d) Atos enunciativos, como certidões e pareceres, não têm caráter vinculante e servem para atestar ou declarar uma situação de fato ou de direito.

e) Atos administrativos de gestão expressam a supremacia do Estado sobre o particular, impondo obrigações independentemente da concordância do administrado.

33. No que se refere aos poderes da administração pública, assinale a opção correta.

- a) O poder disciplinar possibilita à Administração aplicar sanções a servidores e particulares que mantenham vínculo jurídico específico com o Poder Público, em razão de infrações funcionais.
- b) O poder hierárquico permite a distribuição e escalonamento de funções entre órgãos e agentes, bem como a delegação e avocação de competências, mas não autoriza a revisão de atos praticados por subordinados.
- c) O poder regulamentar consiste em editar normas primárias, com força de lei, destinadas a complementar a atuação do Legislativo, podendo inovar no ordenamento jurídico.
- d) O poder de polícia não admite discricionariedade, devendo sempre ser exercido de forma vinculada, em razão de sua natureza coercitiva.
- e) O poder hierárquico é exercido apenas no âmbito da Administração Direta, não alcançando as entidades da Administração Indireta.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO - REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓQUIO). REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE RECLUSOS (REGRAS DE NELSON MANDELA). DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL, 1990 (DIRETRIZES DA RIAD). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE – 1990. LEI Nº 4.898/65 – LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE.

LEI Nº 9.455/97 – LEI DE TORTURA. LEI DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO.

Géssica Ehle

34. As Regras de Bangkok, ou Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas, preenchem um conjunto de regras, à exceção de uma, assinale-a:
- a) Onde visitas íntimas forem permitidas, mulheres presas terão acesso a este direito do mesmo modo que os homens.
 - b) Há previsão expressa sobre o direito de visitas de filhos/as, podendo, onde possível, incentivar-se visitas que permitam sua permanência prolongada.
 - c) Uma das grandes lacunas presentes nas Regras trata-se da ausência de previsão quanto ao direito à educação e orientação vocacional que prepare adolescentes privadas de liberdade para o retorno à vida em sociedade.
 - d) Ainda que o ambiente não seja o mais indicado à estada de crianças e adolescentes, mulheres presas não deverão ser desestimuladas a amamentar seus filhos/as, salvo se houver razões de saúde específicas para tal.
 - e) Mulheres presas que relatarem abusos deverão receber imediatamente proteção, apoio e aconselhamento, e suas alegações deverão ser investigadas por autoridades competentes e independentes, com pleno respeito ao princípio de confidencialidade.

35. Nos termos da Lei nº 9.455/1997, lei que define os crimes de tortura, leia as assertivas a seguir correspondentes à tipificação do crime de tortura.

- I. Constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com o fim de obter informação, declaração ou confissão, de terceira pessoa.
- II. Constranger alguém com emprego de violência, causando-lhe sofrimento físico para provocar omissão de natureza criminosa.
- III. Submeter alguém, sob sua guarda, com emprego de violência, a intenso sofrimento mental como forma de aplicar castigo pessoal.

É considerado crime de tortura o que prevê:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

- a) Todas.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas II, III e IV.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas III e IV.

37. Sobre as questões envolvendo a tutela, marque a correta:

- a) Os filhos menores são postos em tutela com o falecimento de um dos pais, ou sendo estes julgados ausentes.
- b) Os filhos menores são postos em tutela em caso de os pais decaírem do poder familiar.
- c) O direito de nomear tutor compete ao juiz.
- d) A nomeação de curador deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.
- e) Aos irmãos órfãos dar-se-á tantos tutores quanto forem os irmãos.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

Cadu Carrilho

36. A respeito da guarda dos filhos menores e as regras previstas na legislação, analise os itens abaixo:

- I - A guarda será unilateral ou compartilhada.
- II - Compreende-se por guarda unilateral a atribuída a um só dos genitores ou a alguém que o substitua.
- III - Compreende-se por guarda compartilhada a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.
- IV - Na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido de forma igualitária com a mãe e com o pai, sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos.

Está(ão) correto(s) os itens:

38. Quando ocorre problemas no casamento e em virtude da busca pela proteção dos filhos, marque a alternativa que está correta:

- a) A guarda unilateral requerida, por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação autônoma de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou em medida cautelar;
- b) A guarda compartilhada, poderá ser decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, mas nunca em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe, pois estaria ferindo a dignidade do menor.
- c) Havendo motivos graves, poderá o juiz, em qualquer caso, a bem dos genitores, regular de maneira diferente da estabelecida na legislação a situação dos filhos para com os pais.
- d) O pai ou a mãe que contrair novas núpcias perde o direito de ter consigo os filhos, que só lhe poderão ser retomados por mandado judicial, provado que não são tratados convenientemente.
- e) O pai ou a mãe, em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia, segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, não poderão fiscalizar sua manutenção e educação.

39. No que se refere ao instituto da filiação, analise cada alternativa e marque a que estiver correta:

- a) Os filhos havidos, desde que da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- b) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos até trezentos e sessenta dias, pelo menos, depois de estabelecida a convivência conjugal.
- c) Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos nascidos nos trezentos dias subsequentes à dissolução da sociedade conjugal, por morte, separação judicial, nulidade e anulação do casamento.

d) A prova da impotência do cônjuge para gerar, à época da concepção, não ilide a presunção da paternidade.

e) Basta o adultério da mulher, ainda que confessado, para ilidir a presunção legal da paternidade.

40. Sobre o reconhecimento de filhos:

- a) O filho havido fora do casamento só pode ser reconhecido pelos pais conjuntamente.
- b) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é revogável e será feito, dentre outras opções, no registro do nascimento ou por escritura pública ou escrito particular, a ser arquivado em cartório;
- c) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, poderá residir no lar conjugal independentemente do consentimento do outro.
- d) São eficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.
- e) Quando a maternidade constar do termo do nascimento do filho, a mãe só poderá contestá-la, provando a falsidade do termo, ou das declarações nele contidas.

LEIS ESPECIAIS*Géssica Ehle*

41. De acordo com a Lei n. 12.594/12, o Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei. Quanto aos objetivos pertinentes às medidas socioeducativas, assinale a alternativa que não compreenda uma delas.

- a) a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional.
- b) responsabilizar o adolescente de modo que, sempre que possível, incentive-se a reparação do ato infracional.
- c) a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento.
- d) a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos.
- e) a brevidade da medida em resposta ao ato infracional cometido pelo adolescente infrator.

42. Quanto à Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do adolescente, e o procedimento a ser implementado frente ao processo de adoção, para a habilitação de pretendentes à adoção domiciliados no Brasil, será exigida a apresentação de petição inicial na qual conste:

- I. sua qualificação completa, incluindo dados familiares.
- II. certidão de antecedentes criminais.
- III. atestados que comprovem sua sanidade física e mental.

IV. comprovar renda de, no mínimo, 2 salários mínimos, demonstrando que possam promover sustento, qualidade de vida ao adotando.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I, II e IV
- c) I, II e III
- d) I, II, III e IV
- e) II e IV

43. O artigo primeiro do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que a Lei defende a proteção integral de crianças e adolescentes. Nos termos da atual redação da Lei nº 8.069/1990, é possível afirmar que se pretende a busca por uma sociedade que:

- a) vise à implementação de uma doutrina retributiva, sobretudo na aplicação das medidas socioeducativas.
- b) preserve a autonomia do grupo familiar, detentor do poder familiar, quando da efetivação de seus interesses e, sempre que alinhados, de sua prole.
- c) reconheça crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, carecedores de prioridade a ser promovida pela família, comunidade, sociedade e poder público.
- d) tutele os interesses de crianças e adolescentes sob a perspectiva de que são seres em desenvolvimento, objetos da ação do poder familiar.
- e) almeje impor penas àqueles que, de qualquer forma, praticarem condutas comissivas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, aos seus direitos fundamentais, excetuados quaisquer atentados.

44. A partir do texto das Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas para Proteção de Jovens Privados de Liberdade (Regras de Havana), assinale a alternativa incorreta.

- a) As instalações sanitárias devem ter uma qualidade e permitir que cada adolescente possa satisfazer as suas necessidades fisiológicas com privacidade, higiene e dignidade.
- b) Sem distinção, todos os adolescentes devem ter o direito a receber formação profissional em ocupações que possam prepará-los(as) para um futuro emprego.
- c) Todo(a) adolescente em idade escolar obrigatória tem direito a uma educação adequada às suas necessidades e aptidões, que deverá ser oferecida dentro da unidade socioeducativa.
- d) A todos os adolescentes será assegurado o direito a um período de tempo adequado para exercícios diários, ao ar livre, sempre que o clima permitir.
- e) Assim que derem entrada na unidade socioeducativa, todos os adolescentes terão direito de serem examinados(as) por um(a) médico(a), com o objetivo de registrar quaisquer indícios de maus-tratos anteriores e identificar qualquer condição física ou mental que exija atenção médica.

45. Nos termos da Resolução CNJ nº 165/2012, que dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito na internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas, julgue os itens a seguir.

- I. A guia de execução definitiva de medida socioeducativa de internação ou semiliberdade é a que se refere ao decreto de internação cautelar.
- II. Pelo disposto expressamente, nenhum adolescente poderá ingressar ou permanecer em unidade de internação ou semiliberdade sem ordem escrita da autoridade judiciária competente.
- III. A execução da medida socioeducativa deverá ser processada em autos próprios, formados pela guia

de execução e documentos que a acompanham, obrigatoriamente, sendo admitido o processamento da execução por carta precatória.

- a) Apenas a I.
- b) Apenas a II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

46. As Regras da Organização das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil (Regras de Beijing), de 29 de novembro de 1985, sobre a idade da responsabilidade penal, assinale a alternativa que contém expressamente o que se vê junto ao documento.

- a) os Estados que adotarem as Regras de Beijing deverão aprovar lei interna que mantenha a idade da inimputabilidade penal acima dos 14 (quatorze) anos.
- b) a idade mínima que consta do documento, para a aplicação de medidas socioeducativas pelos Estados, é de 16 (dezesseis) anos.
- c) não há qualquer menção às faixas etárias e à responsabilidade penal.
- d) as Regras apresentam critérios para a fixação da faixa etária para a responsabilidade penal, sendo um deles, não ter sofrido medidas protetivas enquanto criança menor de 12 (doze) anos.
- e) encontra-se expresso nas Regras a premissa de que caberá aos sistemas jurídicos fixar faixa etária não muito baixa para a responsabilização, tendo em vista os fatores de maturidade emocional, mental e intelectual.

47. Os Princípios Norteadores da Organização das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (Princípios de Riad), de 1990, asseguram que os Governos têm a obrigação de tornar a educação pública acessível a todos os jovens, devendo consagrar especial atenção a algumas diretrizes, à exceção de uma, assinale-a.

- a) Ensino dos valores fundamentais e desenvolvimento do respeito pela identidade e tradições culturais da criança, pelos valores sociais do país em que a criança vive, pelas civilizações diferentes das da criança e pelos direitos e liberdades fundamentais do homem.
- b) Promoção e desenvolvimento da personalidade, aptidões e capacidades físicas e mentais dos jovens.
- c) Envolvimento dos jovens como participantes ativos e efetivos, em vez de meros objetos, no processo educativo.
- d) O Estado deve garantir a imposição de medidas disciplinares duras, excepcionando apenas os castigos corporais extremamente severos
- e) Prestação de informação e orientação em relação à formação profissional, oportunidades de emprego e perspectivas de carreira.

LEIS ESPECIAIS

Antônio Pequeno

48. Dois agentes públicos praticaram o crime de injúria racial em concurso de pessoas, na forma do art.2º-A, da Lei Nº 7.716/1989. Segundo dispõe a lei mencionada as penas deles poderão ser majoradas:

- a) de 1/3 a 2/3
- b) de 1/2 a 2/3
- c) de 1/3 a 1/2
- d) de 2/3
- e) de 1/3

49. Um Agente do Degase praticou um crime de injúria racial contra um menor, além de responder pelo crime e ter a pena majorada de 1/3 a 1/2, pelo fato de ser considerado funcionário público, ele terá como efeito da condenação, caso o juiz declare de forma motivada na sentença:

- a) A perda do cargo
- b) suspensão das atividades
- c) Inabilitação por 8 anos
- d) Detenção
- e) Multa.

50. De acordo com a Lei nº 12.594/2012 (SINASE), compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, exceto:

- a) selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida.
- b) receber o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa.
- c) encaminhar o adolescente para o orientador credenciado.
- d) supervisionar o desenvolvimento da medida.
- e) a previsão de regime disciplinar nos termos do art. 72 desta Lei.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**ECA***Lilian Novakoski*

51. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) A maioridade penal adquirida após a prática de ato infracional não obsta a imposição de medida socioeducativa – inclusive internação – desde que o infrator não tenha atingido 21 anos.
- b) A internação de adolescente considerado de alta periculosidade, que for decretada pela autoridade judiciária, poderá ser cumprida em estabelecimento prisional.
- c) Inexistindo na comarca entidade apropriada para cumprimento de medida socioeducativa consistente em internação, o adolescente será entregue aos seus pais ou responsáveis.
- d) No caso de flagrante, a autoridade deve sempre lavrar auto de apreensão, ouvindo testemunhas e o adolescente.
- e) É permitida a venda de bebidas alcoólicas com autorização dos pais.

52. Com relação ao Estatuto da Criança e Adolescente, marque a alternativa INCORRETA.

- a) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos.
- b) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- c) Ao ato infracional praticado por criança corresponderão as medidas protetivas previstas em lei.
- d) O conselho tutelar é o órgão não jurisdicional encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes.
- e) A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com

pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.

53. O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente prevê ser direito fundamental à vida e à saúde. No que se refere a estes direitos, julgue as assertivas

- I- O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.
- II- A gestante e a parturiente têm direito a 2 acompanhantes de sua preferência durante o período do pré-natal, preferencialmente o genitor, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.
- III- Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.

Está INCORRETO o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) Todas estão incorretas.

DIREITO PENAL*Renan Araujo*

54. Túlio, após uma calorosa discussão, agrediu Sérgio com diversos socos no rosto. A vítima foi hospitalizada e teve que permanecer 59 dias afastadas de suas atividades habituais, como o estudo e o trabalho. Assim, é correto afirmar que a conduta de Túlio configura o crime de:

- a) lesão corporal leve.
- b) lesão corporal grave.
- c) lesão corporal gravíssima.
- d) lesão corporal majorada.
- e) lesão corporal privilegiada.

55. Igor, agente socioeducativo, aproveitando-se da facilidade de acesso que sua função proporcionava, subtraiu um bem particular pertencente a um adolescente que cumpria medida socioeducativa no estabelecimento em que ele trabalhava. O fato ocorreu quando os adolescentes dormiam, oportunidade na qual Igor subtraiu o bem.

Nesse caso, é correto afirmar que Igor:

- a) praticou crime de peculato-apropriação.
- b) praticou crime de furto simples.
- c) praticou crime de peculato-furto.
- d) não praticou crime funcional, por se tratar de bem particular.
- e) não praticou crime funcional, pois não tinha a posse do bem subtraído

56. Em determinado sábado, Luciana visitava seu filho Eduardo no estabelecimento em que este cumpria medida socioeducativa, acompanhada de sua outra filha, Jéssica, de apenas 13 anos. Em dado momento, Luciana percebeu que Juliano, um agente socioeducativo, passou a mão nas nádegas de sua filha. Imediatamente, Luciana acionou a administração do estabelecimento, que tomou as medidas cabíveis.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Juliano configura:

- a) fato atípico, por não ter havido violência ou grave ameaça.
- b) contravenção penal de importunação ofensiva ao pudor.
- c) crime de violação sexual mediante fraude.
- d) crime de importunação sexual.
- e) crime de estupro de vulnerável.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

57. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.
- b) ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei.
- c) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.
- d) a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.
- e) às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período da primeira infância.

58. Considere que Wandercleydsson Júnior elegeu-se prefeito do Município Alfa, localizado no Estado Beta. Dado que ele também é servidor do Degase-RJ, pode-se dizer que ele:

- a) poderá acumular o cargo e o mandato eletivo.
- b) deve afastar-se do Degase, podendo escolher entre a remuneração do cargo efetivo e o subsídio do mandato eletivo.
- c) pode acumular o cargo e o mandato eletivo, mas não as respectivas remunerações.
- d) deve afastar-se do cargo e receber o subsídio do mandato eletivo, necessariamente.
- e) não poderia sequer ser candidato, por ser inelegível.

59. Considere que Sinforosa, filha de mãe brasileira que estava no Tadjiquistão a serviço da Petrobras com pai tadjique, deseja candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República. À luz da CF, pode-se dizer que ela:

- a) pode candidatar-se, pois o cargo em questão não é privativo de brasileiro nato.
- b) não pode candidatar-se, pois o cargo em questão é privativo de brasileiro nato.
- c) pode candidatar-se, pois o cargo em questão é privativo de brasileiro nato, condição que ela ostenta.
- d) só pode candidatar-se caso faça a opção pela nacionalidade brasileira, após a maioridade.
- e) só poderia candidatar-se caso tivesse nascido em solo brasileiro.

DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

60. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1948, é correto afirmar que:

- a) Os direitos previstos podem ser suspensos em períodos de guerra, desde que por decisão da Assembleia Geral da ONU.
- b) Os direitos e liberdades da Declaração aplicam-se apenas aos cidadãos dos Estados-membros das Nações Unidas.
- c) Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, sendo esses direitos inalienáveis.
- d) A DUDH reconhece apenas direitos civis e políticos, não abrangendo direitos econômicos, sociais e culturais.
- e) A Declaração tem natureza de tratado internacional vinculante, obrigando os Estados independentemente de ratificação.

61. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), assinale a alternativa correta sobre os direitos sociais e culturais nela previstos:

- a) A DUDH não trata de direitos sociais, mas apenas de direitos civis e políticos, que são considerados prioritários.
- b) O direito ao trabalho é reconhecido apenas para homens adultos, não se aplicando a mulheres e jovens.
- c) Toda pessoa tem direito a repouso, lazer, limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.
- d) O direito à educação deve ser garantido apenas no nível primário, sem previsão de acesso progressivo ao ensino superior.
- e) O direito de participar da vida cultural é condicionado à comprovação de contribuição financeira para a comunidade.

62. Nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710/1990, é correto afirmar que:

- a) A criança tem direito à educação, devendo o ensino primário ser obrigatório e gratuito, e o secundário e superior serem incentivados e acessíveis progressivamente.
- b) Os Estados-partes devem estimular a adoção internacional como primeira alternativa em relação a outras formas de cuidado da criança.
- c) Apenas os pais são titulares do dever de proteção da criança, não sendo admitida a intervenção do Estado.
- d) A Convenção limita-se a enunciar direitos, sem impor obrigações de adaptação legislativa aos Estados-partes.
- e) A Convenção não reconhece o direito da criança ao lazer, repouso e participação na vida cultural e artística.

64. José, servidor público do DEGASE, faltando com seu dever jurídico de cuidado, fez que o veículo oficial que estava conduzindo colidisse com o veículo de Maisa, que se encontrava estacionado na via pública.

À luz da sistemática constitucional vigente, a ação de ressarcimento a ser ajuizada por Maisa em face do Estado será regida pela teoria:

- a) do risco social.
- b) do risco integral.
- c) civilista da culpa.
- d) do risco administrativo.
- e) subjetiva da responsabilização.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

63. Sobre os crimes de abuso de autoridade definidos na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que:

- a) a eventual divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas configura abuso de autoridade na modalidade culposa.
- b) o membro de Poder Legislativo não pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.
- c) a punição por conduta culposa é inadmissível nos tipos penais descritos como abuso de autoridade.
- d) os crimes de abuso de autoridade estão sujeitos à ação penal pública condicionada à representação, sendo descabida a ação penal privada subsidiária.
- e) a perda do cargo, mandato ou função pública é aplicável automaticamente como efeito da condenação, mesmo ao não reincidente em crimes de abuso de autoridade.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS DIREITOS DAS CRIANÇAS – DECRETO Nº 99.710 DE 22/11/1990. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS – RESOLUÇÃO 217 A (III) ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – 10/12/1948. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS – 20/11/1959 – UNICEF – RATIFICADA PELO BRASIL EM 24 DE SETEMBRO DE 1990. DECRETO Nº 42.715 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2010 – PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO GOVERNO DO ESTADO. DECRETO Nº 43.583 DE 11 DE MAIO DE 2012. REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (REGRAS DE BEIJING). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ELABORAÇÃO DE MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE (REGRAS DE TÓQUIO). REGRAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE MULHERES PRESAS E MEDIDAS NÃO PRIVATIVAS DE LIBERDADE PARA MULHERES INFRATORAS (REGRAS DE BANGKOK). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O TRATAMENTO DE RECLUSOS (REGRAS DE NELSON MANDELA). DIRETRIZES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PREVENÇÃO DA DELINQUÊNCIA JUVENIL, 1990 (DIRETRIZES DA RIAD). REGRAS MÍNIMAS DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROTEÇÃO DE JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE)

Lilian Novakoski

65. De acordo com as Regras de Bangkok, qual é um dos princípios fundamentais para o tratamento de mulheres presas?

- a) Isolamento total como medida de segurança.
- b) Acesso igualitário à educação e programas de treinamento vocacional
- c) Restrição ao acesso a serviços de saúde mental.
- d) Limitação do contato com familiares e crianças.
- e) Proibição de atividades recreativas dentro das instalações prisionais.

66. As Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil – “Diretrizes de Riad” prevê que somente em último caso os jovens deverão ser internados em instituições e pelo mínimo espaço de tempo necessário, e deverá se dar a máxima importância aos interesses superiores do jovem. Os critérios para a autorização de uma intervenção oficial desta natureza deverão ser definidos estritamente e limitados às seguintes situações expressas na Diretrizes, dentre elas, exceto:

- a) quando a criança ou o jovem tiver sofrido lesões físicas causadas pelos pais ou tutores.
- b) quando a criança ou jovem tiver sido vítima de maus-tratos sexuais, físicos ou emocionais por parte dos pais ou tutores.
- c) quando a criança ou o jovem tiver sido descuidado, abandonado ou explorado pelos pais ou tutores.
- d) quando a criança ou o jovem se vir ameaçado por um perigo físico ou moral devido ao comportamento dos pais ou tutores.
- e) quando a criança ou o jovem discordar da forma que é educado por seus pais ou tutores.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI Nº 4.898/65 – LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE. LEI Nº 9.455/97 – LEI DE TORTURA.)

Antônio Pequeno

67. Caso um agente público pratique um crime de tortura, conforme a Lei nº 9.455/1997, a pena dela será aumentada de:

- a) 1/3 a 2/3.
- b) 1/6 a 1/3.
- c) 1/2 a 2/3.
- d) 1/4 a 1/3.
- e) 2/3.

68. Caso um agente do Degase pratique um crime de tortura, conforme a Lei nº 9.455/1997, e venha ser condenado, terá como efeito da condenação:

- a) A perda do cargo e ficará interditado pelo dobro do prazo da pena aplicada.
- b) A perda do cargo e ficará interditado pelo triplo do prazo da pena aplicada.
- c) A suspensão do cargo por um período de três anos.
- d) A suspensão do cargo por um período de dois anos.
- e) A suspensão do cargo por um período de quatro anos.

69. Um agente público praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que o tipo de ação penal para os crimes previstos nessa lei é:

- a) Ação penal pública condicionada à requisição.
- b) Ação penal pública condicionada à representação.
- c) Ação penal de iniciativa privada exclusiva.
- d) Ação penal de iniciativa privada personalíssima.
- e) Ação Penal Pública incondicionada.

70. Com base na lei nº 13.869/2019, podemos afirmar que é possível a substituição da pena privativa de liberdade pelas penas restritivas de direitos. De acordo com a lei mencionada, são penas restritivas de direitos:

- a) Detenção.
 - b) Reclusão.
 - c) A prestação de serviço à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, mandato ou função pública com perda de vencimentos e vantagens por um período de um mês a seis meses.
 - d) Prisão simples.
 - e) Multa.
-

Discursiva

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios significativos no combate à desinformação, especialmente no ambiente digital. As chamadas “*fake News*” afetam não apenas a política e a democracia, mas também a saúde pública, como ficou evidente durante a pandemia de Covid-19. A disseminação de conteúdos falsos por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas coloca em risco a confiança da população nas instituições e compromete a construção de uma sociedade informada e crítica. Nesse contexto, a educação midiática e a regulação responsável das plataformas digitais surgem como alternativas fundamentais para enfrentar o problema.

Com base no texto motivador e em seus próprios conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema:

"Os desafios do Brasil no combate à desinformação e às fake news".

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
